

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ
CURSO DE PEDAGOGIA**

**NURIANNY MARTINS DE OLIVEIRA
NACYRA YIBURI FERNANDES LUCENA**

**A DIFICULDADE DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS REGULARES NOS
DIAS ATUAIS**

Rio de Janeiro

2019

A DIFICULDADE DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS REGULARES NOS DIAS ATUAIS

THE DIFFICULTY OF INCLUSION IN REGULAR SCHOOLS IN CURRENT DAYS

Nurianny Martins de Oliveira

Universitária

Nacyra Yiburi Fernandes de Lucena

Mestrado

RESUMO

O presente artigo fala sobre as dificuldades que os alunos com deficiência enfrentam ao frequentarem uma escola regular de ensino. Tendo como objetivo geral de demonstrar os desafios da inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares e os objetivos específicos: analisar as leis que asseguram a obrigatoriedade do ingresso dos alunos com deficiência nas escolas regulares; descrever a dificuldade da interação social dos alunos com deficiência no âmbito escolar; analisar o papel do professor na inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares. Tendo como principais teóricos Eugênio Cunha, Maria Teresa Eglér Mantoan, Valdelúcia Alves Costa, Michele Joia e Lucia Helena Reily, que deram base teórica para o artigo. Como metodologia, o trabalho teve o caráter de pesquisa exploratória buscando entender a dificuldade da inclusão nas escolas regulares na atualidade; para obter essas respostas, foi realizada uma pesquisa de campo em duas escolas do município do Rio de Janeiro, uma particular e uma pública, buscando entender melhor o papel do professor nesse processo da inclusão. Pode-se perceber que mesmo com as leis, com esclarecimentos esses alunos enfrentam muitas dificuldades de interação social nas escolas e que o processo de inclusão desses alunos é algo demorado e contínuo, e que para ocorrer a inclusão desses alunos nas escolas regulares, é preciso que os professores tenham preparo para integrar esses alunos a sua turma para que depois aconteça o processo de inclusão, onde vai se conquistando a cada dia uma nova vitória onde todos estão na luta juntos.

Palavras-chave: inclusão, educação e socialização. (3 palavras)

ABSTRACT

This article talks about the difficulties that students with disabilities face when attending a regular school. With the general objective of demonstrating the challenges of inclusion of students with disabilities in mainstream schools and the specific objectives: to analyze the laws that ensure the obligation of students with disabilities to enter regular schools; describe the difficulty of social interaction of students with disabilities in the school environment; analyze the teacher's role in the inclusion of students with disabilities in mainstream schools. Having as main theorists Eugênio Cunha, Maria Teresa Eglér Mantoan,

Valdelúcia Alves Costa, Michele Joia and Lucia Helena Reily, who gave theoretical basis for the article. As a methodology, the work had the character of exploratory research seeking to understand the difficulty of inclusion in regular schools today; To obtain these answers, a field research was carried out in two schools in Rio de Janeiro, one private and one public, seeking to better understand the teacher's role in this process of inclusion. It can be seen that even with the laws, with clarifications these students face many difficulties of social interaction in schools and that the process of inclusion of these students is something lengthy and continuous, and that to include these students in regular schools, it is necessary Let the teachers be prepared to integrate these students into their class so that the inclusion process will take place, where a new victory will be won every day where everyone is fighting together.

Key-words: inclusion, education and socialization.

INTRODUÇÃO:

Apesar de existirem documentos e leis que dão a garantia e obrigatoriedade dos alunos com deficiência nas escolas regulares, ainda existe muita dificuldade de inclusão desses alunos.

As redes públicas e privadas de ensino são obrigadas a aceitar todos os alunos com qualquer tipo de deficiência nas escolas regulares, porém a dificuldade de aceitar esses alunos aumenta cada vez mais e por consequência sua dificuldade de interagir com os demais alunos é cada vez maior.

Diante desse problema as autoridades e toda a sociedade devem buscar soluções para resolvê-lo. As dificuldades de inclusão podem diminuir com esclarecimentos para a comunidade escolar? Essa será a pergunta norteadora do trabalho.

Como hipótese, o artigo partiu do pressuposto dos desafios da inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, enfatizando a grande dificuldade da interação social desses alunos, buscando mostrar que o esclarecimento para a comunidade escolar sobre a importância da inclusão pode diminuir essa dificuldade.

Com o objetivo geral de demonstrar os desafios da inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares e os objetivos específicos: analisar as leis que asseguram a obrigatoriedade do ingresso dos alunos com deficiência nas escolas regulares; descrever a dificuldade da interação social dos alunos com deficiência no âmbito escolar; relatar o papel do professor na inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares.

Como metodologia, o trabalho teve o caráter de pesquisa exploratória buscando entender a dificuldade da inclusão nas escolas regulares na atualidade.

A pesquisa foi baseada nas fontes primárias e secundárias, tendo seus estudos feitos através de livros e artigos, baseando-se nas ideias dos autores para fundamentar e algumas vezes explicar alguma ideia apresentada. Tendo um resultado qualitativo buscando mostrar aos leitores a análise feita nesses documentos tentando responder a problemática apresentada.

Foi feita a revisão bibliográfica com a finalidade de saber se a problemática apresentada já foi levantada por outra pessoa, caso já tenha sido abordada será feita uma comparação das ideias e dos resultados.

A escolha desse tema tem como justificativa, ter observado que muitas vezes a dificuldade da inclusão dos alunos com deficiência acontece por falta de esclarecimento à comunidade escolar e até mesmo dos responsáveis desses alunos. Em alguns casos a falta desse esclarecimento de que eles estão amparados por leis e que têm direito de ter sua vaga nas escolas regulares, faz com que esses responsáveis não os matriculem. Em outros casos esse esclarecimento falta aos demais alunos e algumas vezes aos seus responsáveis de que o aluno com deficiência deve ser respeitado e receber o mesmo tratamento que eles. A relevância dessa pesquisa está na contribuição para compreensão dos direitos que esses alunos têm tanto no que diz respeito às leis como no convívio com os demais alunos, entendendo que essa não aceitação pode afetar sua saúde.

O trabalho foi composto por fundamentação teórica, onde buscou explicar os principais teóricos e suas obras que foram relevantes para essa pesquisa; o desenvolvimento, onde entrará mais a fundo no tema, explicando o porquê de ainda existir dificuldade de inclusão; a pesquisa de campo feita com cinco professoras de duas escolas da Zona Oeste e as considerações finais onde terá o desfecho do trabalho, tendo como objetivo responder a pergunta norteadora.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Toda criança tem direito à educação gratuita e é dever da escola aceitar e realizar a matrícula das mesmas como diz a Declaração de Salamanca (1994, p.VIII) “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem”. A não aceitação de crianças com deficiência configura-se crime como diz na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 “recusar [...] ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência”.

Maria Teresa Eglér Mantoan é Pedagoga. Mestre e Doutora em educação. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferenças (Leped). Professora da Pós-graduação em Educação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É também membro da Ordem Nacional do Mérito Educacional, fundadora do Portal Inclusão Já! e coordenadora regional do Fórum Nacional da Educação Inclusiva.

Durante sua vida acadêmica e profissional, Mantoan escreveu diversos livros e artigos relacionados a inclusão propagando a ideia da aceitação e inclusão de todos os alunos sem que haja exclusão e preconceito. Em seu livro a autora fala em um trecho a dificuldade que os alunos com deficiência encontram de socializar com os demais alunos e integrantes da escola de forma geral.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. (MANTOAN, 2003, p.13)

Na maioria das vezes a dificuldade de interação com os demais alunos acontece por falta de esclarecimento da sociedade de uma forma geral, como diz no trecho acima a sociedade abre-se a novos grupos sociais, mas não procura compreender de fato esses grupos. Dessa forma, as crianças vão aprendendo a ter esse pré-julgamento resultando na exclusão dos alunos com deficiência.

Michele Joia da Silva, Educadora Especial, especialista em autismo, qualificada ABA. Professora e orientadora de Pós-graduação na área de Educação Inclusiva. Atua

em consultório com crianças com dificuldades especiais. Coordenadora da SOP – Serviço de Orientação Psicopedagógica para crianças com educacionais especiais em escolas particulares.

Em seu livro, Michele Joia fala sobre o papel do professor na aprendizagem do aluno com deficiência. Ela traz pontos importantes em seu livro sobre a socialização desses alunos e sua importância.

A criança na escola aprende a conviver em sociedade, ter limites de si, reconhecer seu corpo e dar valor ao perceber-se como parte integrante da comunidade em que vive. Para que tudo isso ocorra com facilidade, deve-se existir um vínculo entre os indivíduos que participam da comunidade escolar e o aluno. (JOIA, 2018, p.22)

Nesse trecho, a autora fala sobre a importância dos alunos estarem incluídos nas escolas e que para esse processo ocorra, tem que haver a aceitação de toda a comunidade escolar, desde os professores até os pais dos alunos. Essa inclusão é de extrema importância na vida pessoal desses alunos.

Eugênio Cunha é Doutor em Educação, professor, psicopedagogo e jornalista. Leciona na Educação Básica de Ensino Superior. Trabalha, também, na educação de alunos com dificuldades de aprendizagem e deficiência.

Cunha fala sobre a parte prática da atuação do professor nas escolas inclusivas. Mostra como o professor deve agir, o que deve fazer e como deve trabalhar com esses alunos.

O autor afirma que: “Mesmo diante de propostas inclusivas, em algumas situações, a presença de um mediador ou psicopedagogo, atuando para ajudar o professor, será sempre bem-vinda, mas nem sempre possível.” (CUNHA, 2018, p. 27)

Esse é um dos problemas que a escola regular enfrenta no processo de inclusão dos alunos com deficiência. Apesar de criarem planejamentos inclusivos, atividades adaptadas o professor necessita do auxílio de uma pessoa especializada nessa área para que ocorra o desenvolvimento escolar desses alunos.

Lucia Helena Reily, doutora e mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo, atualmente é docente associada à Universidade Estadual de Campinas, tem experiência na área da

educação, com ênfase na Educação Especial, e Ensino da Arte, atuando principalmente nos seguintes temas: educação especial, estudos da deficiência, arte e deficiência, formação de professores e artes visuais.

Assim como Eugenio Cunha, Lucia Reily escreveu um livro voltado para o docente. Em sua obra, Reily também busca ajudar o professor a achar meios de lidar com as dificuldades que encontra ao ter alunos incluídos em suas turmas.

A autora afirma que: “Na construção de uma escola brasileira inclusiva, de fato, e não apenas inclusiva na palavra da lei, será preciso atentar para garantir acesso aos instrumentos de mediação de atividade.” (REILY, 2004, p.23)

Na maioria dos casos, um dos problemas mais comuns que professores e as escolas regulares de uma forma geral enfrentam é a falta de um mediador para dar o auxílio e suporte a esses professores que acabam não tendo um bom resultado com esses alunos e muitas vezes esses resultados acabam na evasão escolar.

Valdelúcia Alves Costa, mestre em educação, na área de Educação Especial pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, desenvolve pesquisas na área de Políticas Públicas e Educação Inclusiva, Coordenadora dos Projetos de Pesquisa "Políticas Públicas de Educação Especial no Estado do Rio de Janeiro: desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência", Coordenadora do Observatório Municipal de Educação Inclusiva de Niterói, vinculado ao Projeto de Pesquisa "Observatório Nacional de Educação Especial: Estudo em Rede Nacional sobre as SRMs nas escolas comuns". Líder do Grupo de Pesquisa "Políticas em Educação: Formação, Cultura e Inclusão". Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, em seu livro Costa aborda em torno das dificuldades que os alunos com deficiência encontram ao frequentarem as escolas regulares e a aceitação da sociedade frente ao assunto inclusão nas escolas regulares. Fala também sobre a preparação escolar desde o espaço físico até o planejamento pedagógico.

Na tentativa de combater as diversas formas que a violência se configura no âmbito escolar, faz-se necessária a experiência com os alunos que apresentam deficiência. Sendo assim, o professor se permitirá na escola conhecer as diferenças dos alunos ao compartilhar experiências nas salas de aula e, conseqüentemente, desenvolver a consciência crítica sobre as contradições das relações sociais também presentes no cotidiano escolar. (COSTA, 2012, p. 92)

A inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares é benéfica para ambos os lados. Ao aceitarem esses alunos como qualquer outro, respeitando seus limites como os dos outros também faz bem para eles e a experiência de trabalhar com um aluno incluso, de conviver com ele diariamente faz com que professores e alunos talvez mudem sua forma de pensar ou a aprimore diante do problema que a sociedade vem enfrentando que é a aceitação do diferente.

LEIS QUE ASSEGURAM A OBRIGATORIEDADE DO INGRESSO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS REGULARES

Durante muitos anos, os alunos com deficiência foram negados pela sociedade de uma forma geral, vistos como “outra criatura”, e, por consequência, privados de frequentarem escolas e de terem acesso à educação. Porém, por volta de 1854, na época do Império, temos os primeiros registros de educação especial no Brasil quando Dom Pedro II fundou o Instituto para Meninos Cegos, que em 1891 passou a se chamar Instituto Benjamim Constant; em 1857, Dom Pedro II também criou o Instituto de Educação para Surdos.

Com o passar dos tempos, foram criadas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que asseguram a obrigatoriedade do acesso à educação, mas não as escolas regulares de ensino, como: a Lei nº 5.692/71 (Brasília, 1971), que destinava “obrigatoriamente” os alunos com deficiência à escolas especiais:

Art. 9º OS alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Por fim, em 20 de dezembro de 1996, foi criada a LDB nº 9.394 que está em vigor até hoje que diz no Art. 4º, inciso “III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo de fato o ingresso obrigatório às escolas regulares.

Apesar de estarem respaldados pelas leis educacionais, a inclusão desses alunos ainda é difícil nas escolas regulares nos dias de hoje, mas é na escola que esses alunos começam o seu processo de socialização com o mundo, de aprender a interagir com pessoas diferentes daquilo que já estão acostumados, deixando de lado a ideia de conviver e interagir somente com seus familiares, por isso é importante a aceitação das demais pessoas e colaboração de todos para garantir o seu bem estar

dentro do ambiente escolar, fazendo com que esses alunos se sintam realmente incluídos, como diz Michele Joia (2018, p.21):

Não necessariamente, deverá estar dentro da comunidade, mas ser e sentir ativo. Não ser passivo. Todos que fazem parte dessa sociedade devem estar abertos à inclusão deste cidadão e devem aprender a como lidar com as limitações dele, de modo que todos façam parte desta integração e inclusão.

Apesar de constar na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe do Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 54, inciso “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, esse é um dos grandes desafios que os alunos, professores e as escolas regulares enfrentam ao incluírem alunos com deficiência. Com a ausência de um profissional especializado, para estar com esses alunos, fazendo a mediação entre eles, o professor e o conteúdo, esses alunos muitas vezes não conseguem alcançar o esperado por todos, recebendo assim um rótulo de incapaz. É de suma importância que além de um profissional especializado, tenha a presença de um psicopedagogo atuando junto, como diz na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Brasília, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação especial “§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.” Completando com pensamento de Reily (2004, p.23), “Na construção de uma escola brasileira inclusiva, de fato, e não apenas inclusiva na palavra da lei, será preciso atentar para garantir acesso aos instrumentos de mediação de atividade.”

Muitas vezes a falta desse acompanhamento, a ausência de uma pessoa especializada para estar dando apoio para esses alunos não ocorre por falta de conhecimento dos pais. Nas escolas públicas, por exemplo, pode-se perceber que grande parte dos alunos com deficiência é de família carente, com pais que têm pouco estudo ou nenhum, ou seja, não têm conhecimento dos direitos que seus filhos têm, não têm conhecimento do que está escrito na lei.

Não é somente na mediação do aluno que o profissional especializado é importante, ele deve se fazer presente, também além de um psicopedagogo, na hora de adaptarem o currículo o que é outra dificuldade encontrada, nesse caso no que diz

respeito aos professores, pois apesar de estar na Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Brasília, 1996) que nas escolas regulares de haver “professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”, nem sempre esses professores têm uma base boa para fazer essa adaptação correta, porém nem sempre a participação desses profissionais é possível, como diz Eugênio Cunha, (2018, p. 27):

O melhor é o currículo expressar o cotidiano com o aprendente, o diálogo com o dia-a-dia. Mesmo diante de propostas inclusivas, em algumas situações, a presença de um mediador ou psicopedagogo, atuando para ajudar o professor, será sempre bem-vinda, mas nem sempre possível.

No caso das escolas públicas, apesar de ser dever do Estado disponibilizar um profissional especializado para esses alunos, nem sempre é possível, por diversos motivos, dessa forma família daquele que tem condição, acaba contratando alguém particularmente para seu filho, o mesmo acontece com o psicopedagogo.

Apesar de na maioria dos casos haver somente um profissional para atender todos da escola, essa pessoa deve dividir seu tempo para todos. O papel dessas pessoas com os alunos é de realmente fazer apenas uma mediação entre eles e o conteúdo que está sendo trabalhado, pois muitos têm certa dificuldade de acompanharem sozinhos, mas não devem interferir em seu desenvolvimento, deixando que eles busquem sozinhos pela sua autonomia. Como diz Eugênio Cunha, (2018, p. 28):

[...] ainda que seja inevitável a presença de um mediador, é conveniente que ele busque a autonomia do aprendente, propiciando-lhe condições para que haja, na medida do possível, seu desenvolvimento sem a permanente tutoria de outrem.

É essa autonomia que muitos alunos e até seus responsáveis buscam ao os matricularem nas escolas regulares, por isso deixar que busquem sozinhos por ela é o trabalho principal desse profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasília, 1996) diz em seu texto, que os alunos com deficiência têm o direito a “educação especial para o trabalho”, visando a garantia de uma vida digna como cidadão quando acabarem o ensino básico.

Art. 58º inciso IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

Outro ponto importante que os alunos com deficiência buscam nas escolas é a integração social, além da que já conhece no âmbito familiar, que o prepara para o novo ambiente social, como afirma Michele Joia (2018, p. 22):

Esse aprendizado vindo da família é o preparo para a nova sociedade em que está inserida em breve a escola, que, a partir daí, dá-se jus ao seu papel de educar, porém não o de educar de etiqueta, não arrotar à mesa, não comer de boca aberta [...], contudo o educar para a vida, para a cidadania.

Em seguida, Michele Joia ainda fala da importância que a permanência na escola tem para a sua identidade, para a formação da sua identidade “A criança na escola aprende a [...] ter limites de si, reconhecer seu corpo e dar valor ao perceber-se como parte integrante da comunidade em que vive.” Complementando a afirmação de Michele Joia em seu livro, a Declaração de Salamanca (1994), diz que “escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos [...]”.

Com tudo isso, no que diz respeito à inclusão e aceitação social desses alunos nas escolas regulares, sabe-se que nem sempre é o que acontece de fato. Em alguns casos a exclusão vem da comunidade onde a escola está inserida, principalmente as mais carentes, por falta do acesso aos conhecimentos. Mas, existem alguns casos que o preconceito parte dos alunos também por acharem que os alunos com deficiência não se encaixam no padrão que a sociedade ou a escola impõe, como diz Mantoan, (2003, p13):

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos.

Em complemento a fala de Mantoan, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que fala em seu texto

que é dever de todos zelar por uma educação de qualidade e pela sua segurança. Art. 27 Parágrafo único: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

A ideia do novo para as pessoas ainda assusta aqueles que são ignorantes do assunto, apesar de ter passado tanto tempo, foram muitos anos lutando por seus direitos, os alunos com deficiência e as demais pessoas que estão nessa causa ao lado deles, ainda têm muito que lutar, para que de fato sejam aceitos pela sociedade.

Com tudo, nos dias de hoje pode-se dizer que é mais fácil essa aceitação pela facilidade que eles encontram de se exporem mais, de expor suas ideias e críticas por conta da internet; através desse meio de comunicação, podem expor seus direitos de estarem nas escolas regulares. Mas, cabe a escola também que faça trabalhos com a comunidade escolar em geral para que, pais, responsáveis, familiares e membros da escola, possam ter um esclarecimento, ter acesso ao conhecimento dos direitos dos alunos com deficiência. Porém a sociedade ainda precisa evoluir mais, abrir mais as suas mentes para que haja de fato a inclusão desses alunos.

A DIFICULDADE DA INTERAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR

Durante toda a vida humana se tem registros de que a sociedade está em constante mudança e, a cada década, de tempos em tempos, essa sociedade impõe as pessoas certo tipo de padrão que “deve” ser seguido e os que não se encaixam nele são vistos como estranhos, diferentes. Como diz Valdelucia Costa (2012. p. 92) “[...] àquele que se encontra aquém do padrão imposto socialmente a se padronizar, como se quem foge à regra fosse uma ameaça aos outros indivíduos.” No caso dos alunos com deficiência, ao longo desses anos, empregaram-se alguns termos como: inválidos, incapacitados, minorados, impedidos, descapacitados e excepcionais. Apesar da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, no “Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.” tentar integrar esses alunos, ao usar esse termo acaba os excluindo.

Porém, ainda nos dias de hoje, com todas as leis esses alunos sofrem preconceitos no âmbito escolar ao tentarem socializar e serem aceitos nesse novo ambiente.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. (MANTOAN, 2003, p.13)

Para Eugênio Cunha (2011, p. 126) “A escola não criou as regras. Elas possuem origem social”. Apesar de o foco ser o âmbito escolar e a dificuldade de interação desses alunos nesse ambiente, não se pode deixar de falar da importância do papel da família. Para todas as crianças, antes de frequentarem a escola, a família é o primeiro contato com a sociedade que eles têm. É a família que prepara a criança para a convivência em sociedade; como Cunha (2011, p. 126) completa seu pensamento “Para a inclusão, por tanto, é importante compreendê-la já no seio familiar. De certa forma, quando assim não ocorre, não há a preparação adequada para a vida em sociedade, e há, por conta disso, a exclusão.”

O vínculo entre escola x família deve permanecer enquanto a criança frequentar esse ambiente. É preciso que haja uma relação harmoniosa entre esses dois ambientes para o bem estar do aluno, ajudando na sua interação com os demais, como diz Eugênio Cunha, (2011, p.129): “Quanto mais harmoniosos forem os laços de convivência, mais serão possíveis ao aluno a interação com o seu entorno, que o ajudarão na sua aprendizagem.”

Quando isso não ocorre, acaba tendo resultados negativos não só na inclusão social como também na aprendizagem. “É necessário que os pais e profissionais da escola trabalhem da mesma forma, estabelecendo os mesmos princípios que permitirão uma articulação harmoniosa na educação.” (CUNHA, 2011, p. 127).

O trabalho entre pais, escola e professores e outros, deve estar sempre interligado e um sempre complementar o outro.

Outro fator que interfere negativamente na interação social desses alunos, é a superproteção dos pais. Ana Cris Ferreira (2013, p.60), diz que “[...] os mais próximos

dos deficientes querem protegê-los.” Muitas vezes seus responsáveis acham que por ter algum tipo de deficiência não são capazes de resolver seus problemas sozinhos. E isso acaba tirando a possibilidade de descobrirem suas potencialidades, de descobrirem seus limites, de saberem até onde podem ir ou não. Ana Cris Ferreira (2013, p.60), diz também que na maioria dos casos os pais sentem culpa dos seus filhos terem algum tipo de deficiência por isso os superprotegem, não percebendo o quanto isso é prejudicial tanto fisicamente quanto emocional, esses alunos podem acabar sentindo-se incapazes de relacionar-se com outras pessoas.

Esse excesso de proteção, além dos pais, algumas vezes acontece também com a escola. O medo de acontecer algo grave com esses alunos, o medo deles não conseguirem alcançar algum objetivo acaba acarretando também na sua exclusão. Em outros casos ocorre o medo que a escola tem da família desses alunos, o medo do que pode acontecer com eles e a família acabar pondo a culpa na escola tentando prejudica-la de alguma forma. Por tanto, deve haver uma parceria entre os dois lados e deixar que o bom senso tome conta dessa relação, como diz Eugênio Cunha (2011, p. 129) “Na relação entre família e escola, a prudência e o bom senso são sempre bem-vindos. Trabalhar para que o nosso excesso de cuidado não institucionalize a exclusão.”

Outro ponto que a superproteção da escola acaba causando é a dificuldade de interação desses alunos com os demais. “Da mesma forma, a prudência e o bom senso evitam que, na tentativa de corrigir erros, tratemos indevidamente desiguais como iguais, estabelecendo mais desigualdade.” (Eugenio Cunha, 2011, p. 129). O medo que os professores têm de acharem que não estão tratando esses alunos devidamente acaba causando a exclusão por parte dos demais alunos por acharem que o professor tem preferência por aquele aluno ou que gosta mais.

Essa inclusão verdadeira que todos, além dos alunos com deficiência, estão esperando que um dia aconteça só será possível a partir do momento que entenderem que antes da inclusão os alunos devem ser integrados nos grupos sociais. Como afirma Michele Joia (2018, p. 101) “De acordo com pesquisas científicas, não se inclui se o aluno não estiver integrado. Então, esta proposta parte da premissa que se devem integrar as partes para incluir.”

No caso das escolas, essa integração deve começar primeiro dentro da sala de aula, na classe que esse aluno está inserido, para, a partir daí, fazer essa integração com o restante da comunidade escolar, ou seja, deve acontecer de dentro para fora. Dessa forma os professores dessas classes devem ter uma base, um preparo para saberem como trabalhar a inclusão de fato desses alunos, para que saiam do modelo excludente da educação tradicional, porém esse preparo que os docentes necessitem mudará o formato e os princípios dessa escola, Mantoan (2003, p. 43):

[...]a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional.

O que acontece muitas vezes é que a escola já está inserida em uma comunidade que já tem certo jeito de agir e pensar e tentar mudar isso pode causar um caos tremendo. “Sendo ou não uma mudança radical, toda crise de paradigma é cercada de muita incerteza, de insegurança, mas também de muita liberdade e de ousadia para buscar outras alternativas [...]” (MANTOAN, 2003, p. 12)

Porém, é necessário que esse caos ocorra e que a escola tente mudar sua metodologia, que saia do paradigma tradicional como diz Mantoan (2003), traçando um novo paradigma para que se encaixe no novo “modelo” de educação que está surgindo: a inclusão. “A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando.” (2003, p. 12).

Contudo, se os pais, a escola, professores, enfim, todos os que cercam esses alunos tiverem força de vontade, lutarem e correrem atrás juntos essa inclusão tão sonhada acontecerá. Se a escola der oportunidade para que os professores possam trabalhar de forma inclusiva a aprendizagem, socialização e inclusão acontecerão.

“Uma vez treinados, estes professores modificam seu ato de agir e pensar em relação a esta criança e acabam por realizar, mesmo que deficiente, a inclusão tão almejada.” (JOIA, 2018, p. 17).

O PAPEL DO PROFESSOR NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS REGULARES.

No processo de inclusão nas escolas regulares, pode-se dizer que, além do aluno com deficiência, o professor é o protagonista nessa ação; é ele que está junto com o aluno, dia após dia na luta para conseguir incluir esses alunos em sua turma e no restante da escola, tendo assim um papel importantíssimo na vida escolar desses alunos.

Para analisar o papel desses professores na inclusão desses alunos, foi feita uma pesquisa com cinco professoras com diferentes tempos de magistério, com experiências diferentes, de duas escolas da Zona Oeste, uma delas da rede particular e dentre as outras quatro, uma é professora de Classe Especial que está inserida na escola regular.

Quando questionadas sobre o preparo que recebem para trabalhar com esses alunos, todas as cinco direta ou indiretamente, disseram que não. Uma das professoras, que no momento atua na rede pública, mas tem experiência na rede particular disse que precisam ler, se capacitar e procurar meios de se informar por fora para poder saber como trabalhar com esses alunos, pois nem na rede privada e pública não recebem auxílio, ou seja, apesar de constar na Lei 9.394/96 (Brasília, 1996) no Art. 59, inciso III “[...] bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” que esses alunos precisam de professores capacitados para trabalharem com eles, as escolas não oferecem recursos para os professores e acabam tendo que procurar por meios próprios e aprendendo com a experiência que se aprimora a cada dia junto com esses alunos, como disse a professora da Classe Especial.

Assim como Costa (2012, p. 89) afirma:

Da escola, para atuar na perspectiva da educação inclusiva com oportunidades de aprendizagem para alunos com deficiência, tem-se solicitado sua organização [...] em acessibilidade arquitetônica [...], considerando que as escolas, em sua maioria, encontram-se sem acessibilidade arquitetônica, mobiliário e material didático-pedagógico centrado nas necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência [...]

Ao que se refere às dificuldades que encontram ao incluir esses alunos, das cinco professoras, a única que pontuou a estrutura escolar inadequada e a falta de recursos, foi a da rede particular; embora a sociedade de hoje veja a escola particular como mais adequada para receber seus filhos, somente os professores sabem o quão difícil é trabalhar com esses alunos sem os recursos necessários. Michele Joia (2018, p. 39) diz no seu livro que “Na sua experiência escolar, o professor se depara com inúmeras crianças e, nesta demanda, 90% precisam da sua atenção maior [...]”. Completando a fala de Joia, algumas apontaram a dificuldade de mediar as necessidades dos alunos inclusos com as necessidades dos alunos regulares, pois, como já foi dito, ao dar atenção às necessidades de uns acaba deixando os outros de lado. E ainda foi citada a falta de um mediador, de um AEE (Atendimento Educacional Especializado) para auxiliá-la no trabalho com esses alunos, o que é a realidade não somente dessas duas escolas, mas também de outras várias; ocasionando muitas vezes em um contrato particular, por parte da família, de um profissional para auxiliar essa criança, como diz Cunha (2011, p. 127) “Em muitos casos, contratam profissionais especializados [...]”. Já professora da Classe Especial apontou a dificuldade de adaptar as atividades e rotina escolar de acordo com as especificidades de cada aluno ao ano em que está inserido, pois, nesta classe está inseridos alunos de diferentes anos de escolaridade logo, a professora precisa dar conta de fazer o seu planejamento de forma que alcance a todos.

Sobre a Classe Especial, a professora foi questionada sobre o que acha desses alunos estarem frequentando essa classe apesar de estarem em uma escola regular e ela disse que em sua opinião acha bom, pois apesar de estarem cada aluno em um ano de escolaridade diferente de outro, ela consegue trabalhar suas necessidades individualmente (coisa que uma professora de uma classe regular não conseguiria com tanta eficácia) dessa forma consegue desenvolver melhor suas habilidades.

Eugênio Cunha (2011, p. 27) diz que:

[...] a primeira coisa que fazemos é perguntar como construir um currículo com o nosso aluno na educação inclusiva? [...] um caminho seria construir um currículo funcional para a vida prática, compreendendo atividades executadas em sala de aula e que terão reflexos na vida familiar e social do educando.

Baseado nisso, foi perguntado as outras quatro professoras da classe regular se seu planejamento era adaptado e se recebiam auxílio para adaptá-lo, duas, incluindo a da rede particular, responderam que sim porém não recebem auxílio de ninguém, a professora da rede pública relatou que o auxílio não vem nem de um profissional especializado e nem por parte da direção da escola; seus currículos são adaptados de acordo com as necessidades de seus alunos incluídos a partir do que pesquisam por fora. Porém, outras duas professoras disseram que o aluno possui o Planejamento Educacional Individualizado onde são traçados objetivos específicos de cada aluno de acordo com sua especificidade, assim como Eugênio Cunha (2011, p. 26) relata quando fala do currículo “O MEC sugere que o currículo escolar esteja articulado com as dinâmicas sociais, provenientes dos conhecimentos e da cultura dos educandos, por meio de políticas culturais, intelectuais e pedagógicas.”, complementando com o que está na Lei 9.394/96 (Brasília, 1996) Art. 59, Inciso I - “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”, ou seja, é direitos dos alunos com deficiência ter um currículo adaptado de acordo com suas especificidades. E uma das professoras relatou que aprendeu a fazer esse Planejamento em um curso que foi oferecido pela SME.

Normalmente a avaliação desses alunos acontece de forma contínua e através de observações feitas pelos professores com anotações para saber o progresso que esse aluno está tendo, e foi o que a professora da Classe Especial relatou; seus alunos são observados diariamente e seus progressos são registrados em relatórios bimestrais, ou seja, esses alunos não tem uma prova concreta para mostrar seus conhecimentos.

Sobre a forma como avaliar esses alunos, Eugênio Cunha (2011, p. 79) diz que:

[...] a avaliação torna-se um mecanismo de melhorias nas decisões que virão a seguir [...]. Na educação especial, existem instrumentos eficazes para essa verificação, que vai desde a entrevista com os pais ou a anamnese do aluno até os recursos pedagógicos que se encontram na própria sala de aula.

Já as professoras que citaram o PEI (Planejamento Educacional Individualizado) disseram que suas avaliações são de acordo com esse planejamento, quando necessário adaptam as provas regulares para esses alunos conseguirem atingir o que

foi proposto por esse planejamento. As outras duas, disseram que avaliam os seus alunos dentro do que é possível para ele executar de acordo com suas necessidades, quando seus alunos não conseguem atingir os objetivos com a prova regular adaptada, fazem atividades no dia a dia para avaliá-los, observando suas mudanças de comportamento, suas demonstrações de interesse e esforço e outras coisas. Assim como Eugênio Cunha (2011, p. 79) também fala em seu livro:

Mediante os registros feitos na observação, o professor estimula exercita o aluno para descobrir suas maiores qualidades e suas maiores carências. Sobre elas, após estudos avaliativos, podendo contar com uma ajuda multidisciplinar, elabora estratégias de atuação.

Além da avaliação do seu aluno, o professor também deve fazer uma auto avaliação para saber se está realmente preparado para trabalhar com eles.

É pertinente, todavia, que o professor avalie a si mesmo e os recursos que possui, pois, nem sempre, o que se pressupõe ser instrumento de ensino é recurso pedagógico. [...] Os recursos utilizados no ambiente de aprendizagem precisam estar vinculados às possibilidades do aprendente [sic] e não às características docentes. (CUNHA, 2011, p. 80)

Muitos professores não se sentem seguros para lidar com esses alunos, pois, na maioria dos casos, não recebem o preparo adequado para trabalhar com eles. E, em alguns casos, não têm os materiais certos para trabalhar; os recursos devem ser adaptados de acordo com as necessidades dos educandos e não dos educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa feita, pode-se perceber que mesmo amparados por leis, os alunos com deficiência ainda enfrentam grande dificuldade na inclusão nas escolas regulares; seja ela por parte dos alunos, dos pais, dos demais funcionários das escolas e até mesmo dos professores. E na maioria dos casos, a exclusão parte da família, que por ter medo dos outros não aceitem seu filho acabam o superprotegendo e dessa forma acaba afetando a escola e o trabalho que o professor deve desenvolver com ele em sala de aula, ou seja, essa superproteção dos pais (que acaba causando também a dos professores) prejudica não só a inclusão como a aprendizagem desse aluno.

Pela análise feita das leis, os alunos com deficiência têm alguns direitos a serem seguidos pelas escolas para a garantia da sua aprendizagem e segurança, porém, com a pesquisa de campo, observou-se que nem tudo o que está na lei é o que de fato acontece nas escolas, sejam elas de rede pública ou particular. Professores não recebem o preparo adequado para trabalhar com esses alunos e, algumas vezes, não têm o auxílio de um profissional para adaptar o planejamento e por consequência tem que avaliar esses alunos da forma que acham melhor, porém muitas vezes não é a forma correta, e as escolas muitas vezes não têm uma estrutura adequada; das duas escolas, a particular é a menos preparada para receber esses alunos.

Portanto, observou-se que as escolas regulares muitas vezes recebem esses alunos por obrigação, porque está na lei a obrigatoriedade de sua matrícula, porém não há um preparo para de fato incluí-lo. Fez-se refletir também que a inclusão está longe de acontecer de fato; as escolas precisam trabalhar primeiro a interação desses alunos, começando pela sala de aula, pela turma em que estão inseridos para então partir para o restante da escola. A inclusão está longe de deixar de ser somente algo desejado para ser feito realmente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 4.024, 20 de dezembro de 1961. João Goulart. Brasília, 20 de dezembro de 1961; 140º da Independência e 73º da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm> Acesso em: 17 dez 2019.
- BRASIL. Lei nº 5.692, 11 de agosto de 1971. Emílio G. Médici. Brasília, 11 de agosto de 1971. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm> acesso em: 17 dez 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Fernando Henrique Cardoso. Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 17 dez 2019.
- BRASIL. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Fernando Collor. Brasília, 13 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 17 dez 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015. Dilma Roussef. Brasília, 6 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 17 dez 2019.
- CUNHA, Eugênio. **Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2011.
- FERREIRA, Ana Cris. **A inclusão na prática**. Respeitando a diferença. 4ª ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2013.
- JOIA, Michele. **A inclusão de crianças na escola**. O papel do educador diante das dificuldades de aprendizagem. 1 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2018.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR**. O que é? Por quê? Como fazer? 1 ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- MIRANDA, Theresinha Guimarães e FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva** Formação, práticas e lugares. In: Bahia, Universidade Federal. COSTA, Valdelúcia Alves. **Formação de professores e educação**

inclusiva frente às demandas humanas e sociais Para quê? 1ed. Bahia: EDUFBA, 2012.

- REILY, Lucia. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação**. 4ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
- SALAMANCA, Declaração. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: < http://redeinclusao.pt/media/fl_9.pdf > Acesso em: 02 dez. 2018.